

Plácido Castelo – o meu governador

MARCELO LINHARES*

Em 11 de janeiro de 2006 decorreu o centenário de nascimento do Dr. Plácido Aderaldo Castelo. O Instituto do Ceará não poderia deixar de comemorar, tendo o presidente Eduardo Campos se esmerado na festa, especialmente no seu discurso. Lamentei não poder falar na ocasião, por motivo de saúde, eis que era o único membro da Casa que havia sido seu colaborador como secretário de Estado.

Conheci-o no escritório do professor Olavo Oliveira, apresentado por meu pai, Vicente Linhares. Admirei-me, ao ensejo, das qualidades que meu pai lhe atribuía. Vi, entretanto, no decorrer dos tempos que se seguiram que tudo o que ele me dissera era verdadeiro. Inteligente, culto, trabalhador e competente. Logo depois fui morar no Cariri, a serviço do Banco do Brasil e continuei recebendo testemunho de tudo isso, eis que Dr. Plácido fora, entre outras coisas, Juiz de Direito em Juazeiro do Norte, onde deixara grande renome.

No governo Raul Barbosa foi secretário da Agricultura e tido, até hoje, como um dos maiores secretários que o Ceará há tido no setor. Eduardo Campos, no discurso do seu centenário, ressaltou todas essas qualidades.

Chefe de uma família numerosa criou todos os filhos com muita dignidade e estão aí bem encaminhados na senda do trabalho. Meu pai, que assumira a Caixa Econômica Federal do Ceará, preocupava-se com ele não possuir moradia própria, não tendo onde abrigar tantos dele dependentes. Com muita pressão conseguiu convencê-lo de que deveria adquirir uma casa. Acabou comprando uma, modesta mas em boas condições, financiada

*Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

pela Caixa. A vida, contudo, nos conduz por caminhos que não esperamos. Havia um vendedor de bilhetes da loteria que fazia *ponto* em frente à Assembléia Legislativa onde Dr. Plácido exercia mandato. Xavier – tal o nome do vendedor, ainda hoje vivo – guardava sempre um bilhete, quando ele ausente. Encontrando-se no interior do Ceará, na sua querida Mombaça, não havia adquirido, mas, Xavier, entretanto, guardou-o. No sábado à tarde foi ao centro da cidade e lá adquiriu. Foi sorteado e, tendo horror a dívidas, apressou-se em pagar a Caixa, apesar de meu pai procurar convencê-lo de que os juros eram baratos e não havia, portanto, necessidade de saldar a dívida. Não houve meios de convencê-lo. Era uma das facetas do homem

Permitam-me que conte um fato que me foi narrado por Moacir Aguiar – irmão em pensamento que Virgílio Távora teve e a única pessoa que tudo conhecia dele – e, com a discrição de que era possuidor, mas nunca consegui obter a confirmação do Dr. Plácido. Aproximando-se a eleição de 1966 pediu a Moacir que conseguisse uma audiência com Virgílio. Depois de muitos recuos, o governador acabou atendendo. Nela, Plácido confessou não possuir os recursos financeiros para enfrentar a próxima campanha para deputado estadual. Vinha indagar de Virgílio se poderia pleitear ser seu suplente de senador da República, posição até então admitida por todos como a ser disputada pelo governador. Este, que sabia ser ferino quando desejava, respondeu: “Doutorzinho, – fórmula muito usada por ele quando queria jogar alguém para escanteio –, o senhor confessa não ter dinheiro para custear a sua eleição para deputado estadual e quer ser meu suplente? É melhor preparar-se e disputar mesmo a sua reeleição”. Dr. Plácido saiu do encontro desolado.

O *feeling* político de Virgílio não o advertira para o que poderia acontecer a seguir.

O Ato Institucional n. 3, de 5 de fevereiro de 1966, determinava eleições indiretas para provimento de onze governadores em estados da Federação, o que se faria pela maioria absoluta dos membros das Assembléias Legislativas, em sessão pública e votação nominal, a realizar-se em 3 de setembro. Os demais governadores já haviam sido eleitos por voto direto em 1965.

O senador Daniel Krieger, na presidência do partido do governo, foi encarregado pelo presidente da República de escolher os governadores por um critério seletivo. Seria encaminhado para a votação aquele cujo nome obtivesse a aprovação da maioria da bancada estadual da Arena, em consulta prévia. A escolha, todavia, não iria ocorrer de forma mansa e pacífica. Raros foram os estados em que a opção decorreu de maneira harmoniosa. Basta ser lembrado que no Rio Grande do Sul – terra do presidente da Arena – foram cassados alguns deputados estaduais para que pudesse ser eleito Peracchi Barcelos.

O presidente Castello Branco havia reivindicado, todavia, para si, a solução da sucessão cearense. Em princípio a Arena do Ceará iria encaminhar uma relação de apenas quatro nomes. Castello, em conversa com Sarasate, sugeriu a inclusão do nome de Plácido Castelo. Ao ensejo, disse: “Tenho uma grande admiração pelo deputado. Vamos, assim, homenageá-lo”. Sarasate, muito vivo, pressentiu que ele seria o *homem*.

A Arena do Ceará produziu uma lista de cinco candidatos, pela ordem de votação: deputado federal Paulo Sarasate, deputados estaduais Plácido Aderaldo Castelo e Adauto Bezerra – este coronel do Exército, general Murillo Borges Moreira, prefeito de Fortaleza, e o professor Waldemar de Alcântara. Virgílio Távora já comunicara que iria se desincompatibilizar para disputar uma vaga de deputado federal. Sabia ele que, depois do problema da inauguração da energia de Paulo Afonso em Fortaleza, não gozaria do beneplácito do *sistema* para ser candidato ao Senado, na única cadeira que iria ser disputada no pleito.

Foram convocados os cinco candidatos e a Executiva do partido cearense para uma reunião no Palácio do Planalto.

Para Brasília – marcada a data do encontro – embarcaram Plácido, Adauto e Waldemar e mais Franklin Chaves, como secretário do partido. A viagem foi via Rio e de lá para Belo Horizonte e Capital Federal.

Ocorreu um fato pitoresco. Ao se aproximarem de Brasília, Franklin disse: “Se o candidato preferido estiver entre os que aqui vão, ao desembarcarmos encontraremos toda a bancada federal no aeroporto”.

Ao chegarem ali se encontrava apenas o deputado Leão Sampaio, o que serviu de grande desânimo aos viajantes.

Às 15 horas do mesmo dia, foram recebidos no Palácio do Planalto, já aí acompanhados de Virgílio Távora e Paulo Sarasate. Murilo Borges não compareceu.

Castello tinha conhecimento de que a saúde de Sarasate não iria permitir-lhe governar por quatro anos o estado. Ao sentar-se à mesa, iniciou dizendo:

“Senhores: governar o seu estado deve ser a pretensão de todo homem público. Eu próprio, em certa fase de minha vida, muito quis chegar ao governo de nossa terra. Fatos outros me conduziram para destinos diversos. Prossigamos: aqui do meu lado está Paulo Sarasate; gostaria muito que ele voltasse ao governo, preciso dele, todavia, para outras missões. Ele será o nosso senador. Vizinho a ele e como o segundo mais votado na indicação que recebi, está Plácido Castelo, por demais conhecido de todos. Pergunto: governador Virgílio Távora, o senhor tem alguma restrição ao nome dele? E continuou indagando dos demais presentes. Todos responderam negativamente”.

E conclui Castello:

“Em face de não haver impedimentos ao nome do deputado Plácido Castelo, será ele o nosso candidato ao governo cearense”.

Continuando, disse:

“Passemos, agora, à escolha do vice-governador”.

Adauto Bezerra solicita a palavra e argumenta:

“Presidente, sendo a ex-UDN o partido que deu o maior contingente para a formação da Arena e Plácido não tendo a ele pertencido, creio que de elemento daquele partido deverá sair o vice”.

Waldemar de Alcântara, por seu turno, contradita:

“Plácido também não é do ex-PSD e o candidato ao Senado sairá das hostes da ex-UDN. Logo, Presidente, é do ex-PSD que deverá sair o vice”.

O presidente era muito cioso de suas prerrogativas e, em face da controvérsia, diz que o assunto ficaria em suspenso e seria decidido no Palácio Laranjeiras, no Rio, onde os aguardaria dois dias depois.

No Rio, a discussão continuou e não houve qualquer conclusão, sendo marcada nova reunião em Fortaleza.

Uma semana depois, na casa de José Moreira Cavalcante (Moreira da Cidao, como era conhecido), onde Castello passara a se hospedar depois do incidente da inauguração de Paulo Afonso, voltou-se, em reunião, ao inconcluso debate.

Na oportunidade, surgiu o nome de Eduardo Campos, atual presidente do Instituto do Ceará (Manoel Eduardo Pinheiro Campos), dirigente no Ceará dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Castello elogiou o candidato, mas contrapôs dizendo que ele, na função que exercia nos *Associados*, já detinha muito poder e que não se deveria dar dois poderes a uma mesma pessoa.

Na realidade, o presidente arranjara o argumento, pois já tinha uma indicação da *área militar*, o general professor Francisco Humberto Ellery, que foi o escolhido.

Plácido foi eleito e cumpriu o mandato até o último dia do seu excelente governo. Ellery, também, ficou até o término do mandato.